



Aventura
Complexo Eólico

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2025**

Aventura Holding S.A.

CNPJ Nº 30.656.978/0001-77

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com eolicas@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	5
3. POLÍTICA DE EQUIDADE	5
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. Contexto Operacional	10
2. Base de Preparação	10
3. Políticas Contábeis Materiais	11
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	14
5. Clientes	15
6. Títulos e Valores Mobiliários	15
7. Investimentos	15
8. Imobilizado	15
9. Partes Relacionadas	16
10. Fornecedores	17
11. Empréstimos e Financiamentos	17
12. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia	18
13. Outras contas a pagar	18
14. Provisões para litígios e passivos contingentes	18
15. Patrimônio Líquido	19
16. Receita Operacional Líquida	20
17. Custos e Despesas Operacionais	20
18. Resultado Financeiro	20
19. Imposto de Renda e Contribuição Social	21
20. Instrumentos Financeiros	22
21. Seguros	25
22. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	26
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Aventura Holding S.A. (Aventura ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 26 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

Constituída em maio de 2018, a Companhia é uma subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (adquirida em 30.01.2023) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Na condição de Holding, é controladora de 4 Sociedades de Propósito Específico - SPEs, que formam um complexo de parque eólico denominado Aventura. Atua no segmento de energia e tem por objeto, especificamente, a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial das Centrais Eólicas Aventura II, III, IV e V, a comercialização da energia a ser gerada por esses empreendimentos, bem como a prática de atos de comércio em geral e de gestão de participações societárias relacionados a essas atividades.

Em 20.12.2017, as 4 controladas da Companhia venderam energia eólica no Leilão de Energia 05/2017. Por meio de contratos com prazo de suprimentos de 20 anos, foram negociados 53,6 MW médios pelo preço de R\$ 108,25/MWh.

A seguir são apresentadas as principais informações dos parques geradores, todos localizados no município de São Bento do Norte, no Rio Grande do Norte:

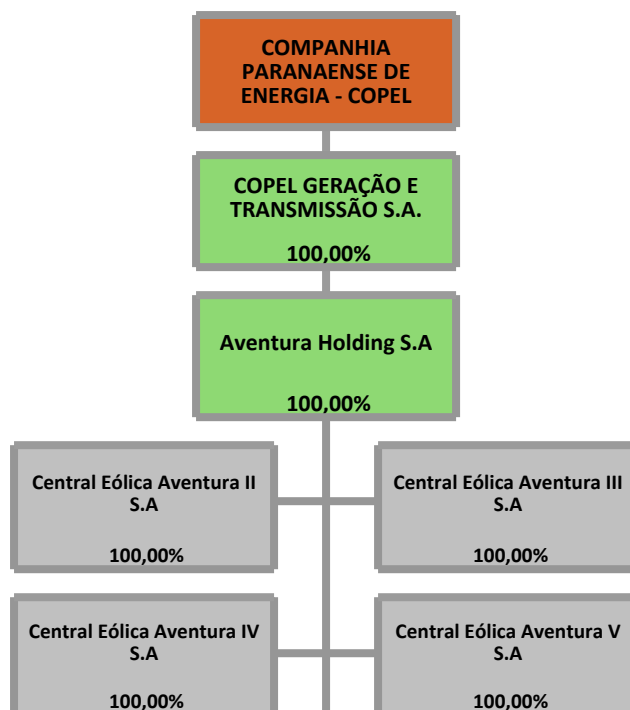
Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Central Eólica Aventura II S.A.	21,0	13,1	81,0	146,22	08.07.2021	05.06.2053
Central Eólica Aventura III S.A.	25,2	15,5	94,7	146,22	08.07.2021	11.06.2053
Central Eólica Aventura IV S.A.	29,4	18,5	108,0	146,22	08.07.2021	05.06.2053
Central Eólica Aventura V S.A.	29,4	17,9	110,7	146,22	08.07.2021	05.06.2053
Total das Eólicas	105,0	65,0	394,4			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2025.

(2) Preço atualizado até dezembro/2025.

ORGANOGRAMA - PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

31.12.2025



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2025	2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	510.857	504.059	1,3
Caixa e equivalentes de caixa	91.762	65.694	39,7
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	12.445	11.176	11,4
Dívida total	297.903	312.581	(4,7)
Dívida líquida	193.696	235.711	(17,8)
Receita operacional bruta	83.857	65.842	27,4
Deduções da receita	(3.393)	(3.045)	11,4
Receita operacional líquida (ROL)	80.464	62.797	28,1
Custos e despesas operacionais	(51.258)	(49.710)	3,1
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	29.206	13.087	123,2
Ebitda ou Lajida (a)	50.588	34.180	48,0
Resultado financeiro	(9.828)	(19.530)	(49,7)
IRPJ/CSLL	(7.000)	(4.585)	52,7
Lucro operacional	19.378	(6.443)	(400,8)
Lucro líquido do exercício	12.378	(11.028)	(212,2)
Patrimônio líquido	170.668	161.230	5,9
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,9	1,9	—
Liquidez geral (índice)	0,3	0,3	—
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	62,9	54,4	15,6
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	174,6	193,9	(10,0)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	24,1	(10,3)	(334,0)
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	15,4	(17,6)	(187,5)
Participação de capital de terceiros (%)	66,6	68,0	(2,1)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	7,3	(6,8)	(207,4)

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

3. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	965	960	91.762	65.694
Clientes	5	—	—	10.759	9.740
Dividendos a receber	9.1	2.936	—	—	—
Outros créditos		—	—	186	126
Imposto de renda e contribuição social		33	18	1.176	1.000
Outros tributos a recuperar		3	5	3	5
Despesas antecipadas		—	4	884	754
		3.937	987	104.770	77.319
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	—	—	12.445	11.176
Depósitos judiciais		—	—	3	3
		—	—	12.448	11.179
Investimentos	7	170.175	160.746	—	—
Imobilizado	8	—	—	391.707	413.989
Intangível		—	—	1.932	1.572
		170.175	160.746	406.087	426.740
TOTAL DO ATIVO		174.112	161.733	510.857	504.059

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE					
Partes relacionadas	9.1	1	—	261	308
Fornecedores	10	448	453	4.425	4.654
Imposto de renda e contribuição social		6	—	1.688	728
Outras obrigações fiscais		—	—	325	327
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	15.816	15.291
Dividendos a pagar	9.1	2.940	—	2.940	—
Obrigação pela não performance de geração de energia	12	—	—	27.925	19.235
Outras contas a pagar	13	—	—	1.067	893
		3.395	453	54.447	41.436
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos		—	—	2.291	1.529
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	282.087	297.290
Outras contas a pagar	13	49	50	1.326	2.541
Provisões para litígios	14	—	—	38	33
		49	50	285.742	301.393
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15.1	108.000	108.000	108.000	108.000
Reserva legal	15.2	6.489	5.870	6.489	5.870
Reserva de retenção de lucros	15.2	47.360	47.360	47.360	47.360
Dividendo adicional proposto	15.3	8.819	—	8.819	—
		170.668	161.230	170.668	161.230
TOTAL DO PASSIVO		174.112	161.733	510.857	504.059

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	–	–	80.464	62.797
Custos Operacionais	17	–	–	(47.246)	(44.882)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		–	–	33.218	17.915
Outras Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com vendas	17	–	–	(1)	–
Despesas gerais e administrativas	17	(50)	(89)	(3.555)	(4.497)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	–	–	(456)	(331)
Resultado da equivalência patrimonial	7	12.365	(11.017)	–	–
		12.315	(11.106)	(4.012)	(4.828)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		12.315	(11.106)	29.206	13.087
Resultado Financeiro	18				
Receitas financeiras		71	82	12.503	6.187
Despesas financeiras		–	–	(22.331)	(25.717)
		71	82	(9.828)	(19.530)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		12.386	(11.024)	19.378	(6.443)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19				
Imposto de renda e contribuição social		(6)	(4)	(6.237)	(3.652)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		–	–	(763)	(933)
		(6)	(4)	(7.000)	(4.585)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		12.380	(11.028)	12.378	(11.028)
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais	15.4				
Ações ordinárias		0,11461	(0,10210)		

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	12.380	(11.028)	12.378	(11.028)
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	12.380	(11.028)	12.378	(11.028)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros			Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2024		108.000	5.870	58.388	—	—	172.258
Reserva de retenção de lucros		—	—	(11.028)	—	11.028	—
Prejuízo do exercício	15.2	—	—	—	—	(11.028)	(11.028)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		108.000	5.870	47.360	—	—	161.230
Lucro do exercício		—	—	—	—	12.378	12.378
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva Legal	15.2	—	619	—	—	(619)	—
Dividendos	15.3	—	—	—	—	(2.940)	(2.940)
Dividendo adicional proposto	15.3	—	—	—	8.819	(8.819)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		108.000	6.489	47.360	8.819	—	170.668

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		12.380	(11.028)	12.378	(11.028)
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		—	—	22.907	25.510
Imposto de renda e contribuição social	19	6	4	6.237	3.652
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	—	—	763	933
Resultado da equivalência patrimonial	7	(12.365)	11.017	—	—
Depreciação	8	—	—	21.382	21.093
Provisão de não performance de geração de energia e ressarcimento do curtailment	12	—	—	7.888	17.571
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas		—	—	4	—
Resultado das baixas de imobilizado	8.1	—	—	—	3.285
		21	(7)	71.559	61.016
Redução (aumento) dos ativos					
Clientes		—	—	(1.020)	960
Outros créditos		—	—	(60)	262
Imposto de renda e contribuição social		(15)	(13)	(176)	(412)
Outros tributos a recuperar		(2)	(5)	2	(5)
Despesas antecipadas		4	(1)	(130)	(612)
Depósitos judiciais		—	—	—	3
		(13)	(19)	(1.384)	196
Aumento (redução) dos passivos					
Partes relacionadas		1	(1)	(47)	(203)
Fornecedores		(3)	2	(230)	(3.257)
Outras obrigações fiscais		—	—	(2)	84
Outras contas a pagar		(1)	—	377	787
Provisões para litígios quitadas		—	—	(3)	—
		(3)	1	95	(2.589)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		5	(25)	70.270	58.623
Imposto de renda e contribuição social pagos		—	(4)	(5.277)	(3.445)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	—	—	(22.334)	(25.299)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
		5	(29)	42.659	29.879
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras		—	—	(1.269)	(866)
Aquisições de intangível		—	—	(404)	(161)
Aquisições de imobilizado	8	—	—	(469)	(44)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
		—	—	(2.142)	(1.071)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Ingressos de empréstimos e financiamentos	11.2	—	—	—	2.474
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	—	—	(14.449)	(13.129)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
		—	—	(14.449)	(10.655)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		5	(29)	26.068	18.153
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	960	989	65.694	47.541
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	965	960	91.762	65.694
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		5	(29)	26.068	18.153

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Aventura Holding S.A. (Aventura, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Jose Izidoro Biazetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem por objeto, especificamente, o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas, e comercialização de energia elétrica por meio de suas participações societárias.

1.1. Participações societárias

A Companhia é controladora das Sociedades de Propósito Específico abaixo, as quais tem como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas:

Controladas	Autorização	Vencimento
Central Eólica Aventura II S.A.	Despacho Aneel nº 2.084	05.06.2053
Central Eólica Aventura III S.A.	Despacho Aneel nº 2.085	11.06.2053
Central Eólica Aventura IV S.A.	Despacho Aneel nº 2.086	05.06.2053
Central Eólica Aventura V S.A.	Despacho Aneel nº 2.087	05.06.2053

Em junho de 2018 o parque eólico foi autorizado pela Aneel a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em junho de 2053.

Em 20.12.2017, a Companhia e suas controladas venderam 53,6 MW médios de energia no Leilão de Energia 05/2017, por meio dos projetos de geração eólica Aventura II, III, IV e V localizados no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil.

O contrato de venda da energia no Ambiente de Contratação Regulado - ACR se deu pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2023, ao preço de R\$ 108,25/MWh.

2. Base de Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 26.03.2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.3 e 8 - Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.5 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e provisão pela não performance de geração de energia;
- NEs nº 3.7 e 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;

2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Base de consolidação

3.1.1. Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.2.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.2.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.3. Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis ao seu negócio de atuação, constitui ou não crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.9. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	5	960	4.909	3.653
Aplicações financeiras de liquidez imediata	960	–	86.853	62.041
	965	960	91.762	65.694

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 96,00% e 100,50% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
			Contratos regulados	7.681
Contratos bilaterais	243		243	–
CCEE	2.759	–	2.759	2.147
	10.683	76	10.759	9.740

Em 31.12.2025 e 31.12.2024 não há registro de perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos (a)	12.445	11.176
	Não circulante	11.176
	12.445	11.176

(a) Contas de reserva destinadas ao cumprimento de contratos de financiamento.

7. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2025	Equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2025
Controladas				
Central Geradora Eólica Aventura II S.A.	37.128	2.685	(638)	39.175
Central Geradora Eólica Aventura III S.A.	43.131	3.240	(769)	45.602
Central Geradora Eólica Aventura IV S.A.	44.171	3.066	(728)	46.509
Central Geradora Eólica Aventura V S.A.	36.316	3.374	(801)	38.889
	160.746	12.365	(2.936)	170.175

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Dividendos Propostos	Saldo em 31.12.2024
Controladas				
Central Geradora Eólica Aventura II S.A.	39.958	(2.830)	–	37.128
Central Geradora Eólica Aventura III S.A.	45.886	(2.755)	–	43.131
Central Geradora Eólica Aventura IV S.A.	46.420	(2.249)	–	44.171
Central Geradora Eólica Aventura V S.A.	39.500	(3.184)	–	36.316
	171.764	(11.018)	–	160.746

8. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	462.209	(80.507)	381.702	463.582	(59.557)	404.025
Edificações	11.025	(1.636)	9.389	11.026	(1.264)	9.762
Móveis e utensílios	186	(40)	146	186	(28)	158
	473.420	(82.183)	391.237	474.794	(60.849)	413.945
Em curso						
Custo	470	–	470	44	–	44
	470	–	470	44	–	44
	473.890	(82.183)	391.707	474.838	(60.849)	413.989

8.1. Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2025
Em serviço												
Máquinas e equipamentos	425.360	–	219	(20.660)	(3.285)	2.390	404.024	–	(1.418)	(20.948)	45	381.703
Edificações	10.135	–	–	(372)	–	–	9.763	–	–	(373)	–	9.390
Móveis e utensílios	170	–	–	(12)	–	–	158	–	–	(12)	–	146
	435.665	–	219	(21.044)	(3.285)	2.390	413.945	–	(1.418)	(21.333)	45	391.239
Em curso												
Custo	94	2.340	–	–	–	(2.390)	44	469	–	–	(45)	468
	94	2.340	–	–	–	(2.390)	44	469	–	–	(45)	468
	435.759	2.340	219	(21.044)	(3.285)	–	413.989	469	(1.418)	(21.333)	–	391.707

A taxa média de depreciação é de 4,50% a.a. (4,50% em 2024).

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

9. Partes Relacionadas

9.1. Saldos com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativo Circulante				
Controladas				
Dividendos a receber				
Central Geradora Eólica Aventura II S.A.	638	–	–	–
Central Geradora Eólica Aventura III S.A.	769	–	–	–
Central Geradora Eólica Aventura IV S.A.	728	–	–	–
Central Geradora Eólica Aventura V S.A.	801	–	–	–
	2.936	–	–	–
Passivo Circulante				
Controladores				
Copel Geração e Transmissão S.A				
Compartilhamento de estrutura (a)	1	–	175	229
Dividendos a pagar	2.940	–	2.940	–
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento de estrutura (a)	–	–	86	79
Total Ativo	2.936	–	–	–
Total Passivo	2.941	–	3.201	308

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

9.2. Outras transações com partes relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Consolidado	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Parte Relacionada / Natureza da operação								
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	6.214	5.926	-	-
Pessoal chave da administração								
Honorários	-	-	-	-	-	-	(28)	(58)
Encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(6)	(15)

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

10. Fornecedores

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	3.559	3.929
Encargos de uso da rede elétrica	866	725
	4.425	4.654

11. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB tiveram o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos.

Consolidado	Garantias	31.12.2025	31.12.2024	
Empresas				
Aventura II	Fiança bancária, com contraprestação fidejussória da Copel GET.	59.250	62.163	
Aventura III		70.294	73.838	
Aventura IV		84.332	88.453	
Aventura V		85.139	89.324	
		Total moeda nacional	299.015	313.778
		Dívida bruta	299.015	313.778
		(-) Custo de transação	(1.112)	(1.197)
		Dívida líquida	297.903	312.581
		Circulante	15.816	15.291
		Não circulante	282.087	297.290

O custo médio da dívida em taxa nominal em 2025 é de 6,94% (7,57% em 2024), o que equivale a 46,58% do CDI (62,27% do CDI em 2024).

11.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Controladora e consolidado		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2027	16.094	(86)	16.008
2028	17.280	(86)	17.194
2029	18.470	(86)	18.384
2030	19.807	(86)	19.721
2031	21.062	(86)	20.976
Após 2031	190.411	(607)	189.804
	283.124	(1.037)	282.087

11.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
Em 1º.01.2024	323.028
Ingressos	2.474
Encargos	25.507
Pagamento - principal	(13.129)
Pagamento - encargos	(25.299)
Em 31.12.2024	312.581
Encargos	22.105
Pagamento - principal	(14.449)
Pagamento - encargos	(22.334)
Em 31.12.2025	297.903

12. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas e fluxos de caixa futuros. Diante dessa previsão contratual, a Companhia efetua o registro por estimativa dos passivos contratuais, reconhecidos no resultado como ajuste negativo da receita.

Consolidado	Total
Em 1º.01.2024	1.663
Provisão (Reversão)	17.490
Atualização	82
Em 31.12.2024	19.235
Provisão (Reversão)	24.282
Atualização	802
Curtailement (NE nº 20.2.4)	(16.394)
Em 31.12.2025	27.925
	Circulante 27.925

13. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Termo de Ajuste de Conduta - TAC (a)	—	—	50	50
Provisão para descomissionamento parques eólicos (b)	—	—	1.277	2.490
Outras contas a pagar	50	50	1.066	894
	50	50	2.393	3.434
Circulante	—	—	1.067	893
Não circulante	49	50	1.326	2.541

(a) Referem-se principalmente aos compromissos acordados (Termos de Ajuste de Conduta - TAC) e aprovados entre as Controladas Jangada, Potiguar e os órgãos competentes pelo descumprimento de condicionante das Licenças de Instalação e Operação.

(b) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 8). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos.

14. Provisões para litígios e passivos contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia e suas controladas respondem na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

14.1. Mutação das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Resultado		Saldo em 31.12.2024	Resultado		Adições no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2025
		Provisões para litígios			Provisões para litígios				
		Adições	Reversões		Adições				
Fiscais	—	—	—	—	3		—	(3)	—
Cíveis									
Servidões de passagem (a)	45	4	(16)	33	—		5	—	38
	45	4	(16)	33	3		5	(3)	38

(a) Ações judiciais decorrentes de divergência entre o valor de servidão avaliado pela Companhia e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras).

14.2. Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025 a Companhia possui R\$ 1.638 referente a ações cíveis (R\$ 6 em 31.12.2024).

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 108.000 (R\$ 108.000 em 31.12.2024), é composto por 108.000.000 de ações ordinárias sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

15.2. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

15.3. Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	12.378	(11.028)
(-) Absorção do Prejuízo Acumulado	—	11.028
Lucro líquido ajustado	12.378	—
Reserva legal (5%)	(619)	—
	11.759	—
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	2.940	—
Dividendos adicionais propostos	8.819	—
Total de dividendos	11.759	—
Valor do dividendo por ação	0,108880	0,000000

15.4. Resultado Líquido básico e diluído por ação

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido (prejuízo) atribuído à acionista controladora	12.378	(11.028)
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	108.000.000	108.000.000
Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,11461	(0,10210)

16. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	84.141	73.767
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.845	9.646
(-/+ Provisão / Reversão para não performance de geração (a))	(9.129)	(17.571)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(3.393)	(3.045)
	80.464	62.797

(a) O saldo contempla a provisão de não performance compensado pelo ressarcimento do curtailment (NEs n°s 12 e 20.2.4)

17. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(33)	(65)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(15)	(22)
	(50)	(89)

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda	(8.736)	–	–	–	(8.736)	(5.562)
Encargos de uso da rede elétrica	(8.986)	–	–	–	(8.986)	(8.588)
Pessoal e administradores	–	–	(900)	–	(900)	(1.236)
Planos previdenciário e assistencial	–	–	(125)	–	(125)	(186)
Material	(63)	–	(6)	–	(69)	(137)
Serviços de terceiros	(7.728)	–	(1.147)	–	(8.875)	(8.388)
Depreciação e amortização	(21.382)	–	–	–	(21.382)	(21.093)
Provisões e reversões	–	(1)	–	(3)	(4)	–
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(351)	–	(1.377)	(453)	(2.181)	(4.520)
	(47.246)	(1)	(3.555)	(456)	(51.258)	(49.710)

17.1. Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

Consolidado	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2025
Arrendamento de terrenos	708	3.591	31.359	35.658

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

18. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	68	82	10.690	6.108
Outras receitas financeiras	3	—	1.813	79
	71	82	12.503	6.187
(-) Despesas financeiras				
Variação monetária e encargos da dívida	—	—	22.105	25.507
Outras despesas financeiras	—	—	226	210
	—	—	22.331	25.717
Líquido	71	82	(9.828)	(19.530)

19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	12.386	(11.024)
IRPJ e CSLL (34%)	(4.211)	3.748
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência patrimonial	4.204	(3.746)
Despesas indedutíveis	—	—
Realização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL de exercícios anteriores	—	—
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL não constituídos	(2)	(2)
Outros	3.000	—
IRPJ e CSLL correntes	(6)	(4)
IRPJ e CSLL diferidos	—	—
Alíquota efetiva - %	—%	—%

Consolidado	31.12.2025		31.12.2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Contrato de Energia de Reserva - CER / Bilaterais	84.141	84.141	73.767	73.767
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.845	8.845	9.646	9.646
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
Base de cálculo	7.439	11.158	6.673	10.010
Receita Financeira	12.432	12.432	6.105	6.105
(-) Receita Financeira Provisionada	(2.245)	(2.245)	(2.744)	(2.744)
Base de cálculo Receita Financeira	10.187	10.187	3.361	3.361
Outras Receitas	—	—	103	103
(=) Base de cálculo	17.626	21.345	10.137	13.474
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %		10 %	
Imposto de renda e contribuição social	4.315	1.922	2.439	1.213
Receita Financeira Provisionada	2.245	2.245	2.744	2.744
Imposto de renda e contribuição social diferidos	562	201	686	247

19.1. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

20. Instrumentos Financeiros

20.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	965	965	960	960
Total dos ativos financeiros			965	965	960	960
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		448	448	453	453
Total dos passivos financeiros			448	448	453	453
Consolidado						
	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	91.762	91.762	65.694	65.694
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	12.445	12.445	11.176	11.176
			104.207	104.207	76.870	76.870
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		10.759	10.759	9.740	9.740
			10.759	10.759	9.740	9.740
Total dos ativos financeiros			114.966	114.966	86.610	86.610
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		4.425	4.425	4.654	4.654
Empréstimos e financiamentos (c)	11		299.015	299.015	313.777	313.777
Total dos passivos financeiros			303.440	303.440	318.431	318.431

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Contratos junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB que tem o valor justo similar ao valor contábil, tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

20.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

20.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado	31.12.2025	31.12.2024
Exposição ao risco de crédito		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	91.762	65.694
Títulos e valores mobiliários (a)	12.445	11.176
Clientes (b)	10.759	9.740
	114.966	86.610

- (a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.
- (b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, relacionado a fatores internos e externos. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

20.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

Consolidado	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	1 a 3 a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2025						
Fornecedores	4.425	—	—	—	—	4.425
Empréstimos e financiamentos	2.312	5.326	23.761	127.226	259.796	418.421
	6.737	5.326	23.761	127.226	259.796	422.846

Controladora	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	1 a 3 a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2025						
Fornecedores	448	—	—	—	—	448
	448	—	—	—	—	448

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

20.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável a Companhia considera os saldos atualizados com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 12,25% e IPCA – 4,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	12.445	1.525	1.144	763
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta IPCA	(299.015)	(11.961)	(14.952)	(17.941)

20.2.4. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 12. O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar ficaram suspensos em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico (*curtailment*).

Em dezembro de 2023 a Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR ingressaram com processo judicial solicitando a compensação dos geradores por eventos por restrição de operação. Entre 2023 e 2025 houve decisões favoráveis às Associações que, no entanto, foram revogadas, de modo que não houve nenhuma compensação durante esse período.

Em 25.11.2025 foi publicada a Lei nº 15.269/2025 que modernizou o marco regulatório do setor elétrico brasileiro e que dispõe, dentre outros dispositivos, que os titulares de usinas com outorga de geração de energia eólica ou solar fotovoltaica conectadas ao SIN passam a ter prerrogativa de celebrar termo de compromisso com o poder concedente, com vistas a compensar os custos decorrentes de cortes de geração (*curtailment*) relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 01.09.2023 e a data de publicação da nova lei, qual seja, 25.11.2025. Como contrapartida pela assinatura do termo de compromisso, os agentes signatários devem renunciar formalmente à eventuais ações judiciais em curso que tratem de compensações ligadas ao mesmo tema, garantindo ainda, às partes, a isenção do pagamento de honorários de sucumbência das referidas ações. Por fim, a nova lei disciplina que o pagamento das compensações pelo poder concedente será destinado primordialmente à quitação de eventuais ressarcimentos, passados ou futuros, devidos pelo agente e que ainda não tenham sido liquidados, no âmbito da CCEE.

A Companhia está monitorando a regulamentação do novo dispositivo legal, em especial a Consulta Pública MME nº 210/2025, aberta em 31.12.2025 e com prazo limite para contribuições finalizado em 16.01.2026. Em dezembro de 2025, em Reunião de Diretoria, a Copel GeT deliberou pela adesão ao Termo de Compromisso pelas Sociedades de Propósito Específicos - SPEs eólicas sob seu controle, renunciando à ação judicial, respeitadas as condições basilares do acordo previstas Lei 15.269/2025. Deste modo, com base nas premissas disponíveis, a Aventura apurou os valores do direito à compensação financeira de restrições de geração sofridas por indisponibilidade externa e por atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação ocorridas no período compreendido entre 01.09.2023 e 25.11.2025 e efetuou o registro do ganho de R\$ 16.394 no resultado de 2025, dos quais R\$ 15.956 foram registrados na receita operacional líquida e R\$ 438 na receita financeira.

20.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	—	—	297.903	312.581
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(965)	(960)	(91.762)	(65.694)
(-) Títulos e Valores Mobiliários - garantias de contratos de dívidas	—	—	(12.445)	(11.176)
Dívida líquida ajustada	(965)	(960)	193.696	235.711
Patrimônio líquido	170.668	161.230	170.668	161.230
Endividamento do patrimônio líquido ajustado	(0,01)	(0,01)	1,13	1,46

21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

Consolidado	Apólice	Término da vigência	Importância segurada			
			Central Eólica Aventura II S.A.	Central Eólica Aventura III S.A.	Central Eólica Aventura IV S.A.	Central Eólica Aventura V S.A.
	Seguro Riscos Operacionais	28.05.2027	149.218	167.042	191.594	192.881
	Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560	137.560	137.560	137.560
	Seguro Cyber	08.05.2026	25.000	25.000	25.000	25.000
	Seguro de Responsabilidade Civil Geral	28.03.2026	30.000	30.000	30.000	30.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

22. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

22.1. Transações que não envolvem caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Adições do ativo imobilizado	18	—
Provisão para descomissionamento	(1.418)	219
Adições do ativo intangível (a)	5	—
	(1.395)	219

(a) Referem à incrementos nas provisões para litígios de servidão, sem saída de caixa.

As transações acima não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração do fluxo de caixa.

Curitiba, 26 de março de 2026

MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

TATIANE RAMTHUN GUMZ

Contadora - CRC-PR-050498/O-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Aventura Holding S.A. (Aventura Hol), inscrita no CNPJ sob o nº 30.656.978/0001-77, sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações financeiras da Aventura Hol de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Aventura Hol de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 26 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Aventura Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Aventura Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Aventura Holding S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

Aventura Holding S.A.

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC RJ118070/O-0



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

